



# ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2018

## BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

**Editor:** Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhimire | **Repórter:** Narciso Cossa

Número 33 - 29 de Junho de 2018

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.  
eleicoes@cipmoz.org [www.cipmoz.org/eleicoes2018](http://www.cipmoz.org/eleicoes2018)

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/cYjhdB> e a versão em inglês <http://eepurl.com/cY9pAL>

Para cancelar em português <http://ow.ly/ErPa30ekCru> e em inglês <http://ow.ly/Sgzm30ekCkb>

**O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.**

## Comentário

# Partidos são culpados pelo secretismo da CNE

**A** falta de transparência no processo eleitoral propicia a fraude e leva à violência pós-eleitoral, disse quarta-feira o deputado e porta-voz da Renamo José Manteigas, falando num seminário, citado pelo diário O País (28 de Junho).

Efectivamente, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) actuam com um nível de secretismo que não seria tolerado em qualquer democracia. Não há relatórios detalhados de reuniões, não há explicação das decisões tomadas. Não raras vezes a CNE faz alterações dos resultados finais – das eleições ou do recenseamento – sem nenhuma explicação da causa da alteração ou mesmo sem dizer que alguma alteração foi feita. Pelo que não é de surpreender que os partidos aleguem fraude e má conduta.

Mas são os próprios partidos que exigem secretismo na actuação da CNE. Nada há na lei eleitoral que impeça total transparência dos órgãos de administração eleitoral – mas todos os quadros dos partidos políticos na CNE e no STAE preferem

negociar à porta fechada e fazer acordos políticos secretamente. Nenhum vogal da CNE, proveniente do partido de José Manteigas, já apareceu publicamente a exigir mais transparência na actuação da CNE.

A título de exemplo, a página web da CNE-STAE, que é uma exigência legal, ficou inactiva por muito tempo porque os membros da CNE discutiam o que devia ser publicado. Em outros países, toda a informação sobre eleições é publicada em primeiro, em web, que é de acesso universal para todos os cidadãos. Somente em Moçambique é que uma página web de eleições está sujeita a controlos secretos.

É tempo dos próprios membros da CNE – de todos os partidos – declararem uma CNE totalmente transparente. *jh e bn*

## CNE tem condições para avançar mas eleições estão reféns de entendimento entre Frelimo e Renamo

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) tem condições técnico-jurídicas para avançar com a organização do processo eleitoral de 10 de Outubro, mesmo sem a nova legislação eleitoral, cuja aprovação ficou adiada sine die quando a bancada da Frelimo impôs condicionalismo para a realização da sessão extraordinária de 21 e 22 de Junho. Este é o entendimento de muitos constitucionalistas e até de juristas membros da comissão jurídica da própria CNE.

Para já, a CNE continua a trabalhar na organização da eleição. 14 partidos, incluindo Frelimo, Renamo e MDM e mais 2 coligações de partidos políticos já se inscreveram para concorrer. Por sua vez, os partidos continuam a trabalhar na constituição de listas de candidaturas tendo como base que as eleições terão lugar. Até aqui, a CNE ainda não abordou formalmente as implicações do adiamento da sessão extraordinária de 21-22 de Junho que devia aprovar a lei eleitoral complementar à emenda constitucional.

O porta-voz e vogal da CNE, Paulo Cuinica, sempre cuidadoso, é citado pelo @ Verdade (27 de Junho) a dizer que “não quer fazer declaração pessimista” mas afirmou de seguida que a CNE está à espera da Assembleia da República actualizar a legislação eleitoral “o mais rápido possível”, para se conformar à Constituição.

Informalmente, parece que tanto a Frelimo quanto a Renamo estão a encarar esta crise com seriedade e querem ver alguma acção tendente à desmilitarização. Parece que ambos partidos não irão submeter candidaturas às eleições de 10 de Outubro enquanto não houver acordo entre presidente Filipe Nyusi e o líder interino da Renamo em matéria de desmilitarização.

Com efeito, as eleições estão reféns dos dois partidos. E mais, os membros da CNE, provenientes de todos os três partidos com assento parlamentar, agem segundo instruções dos seus partidos. Há membros da CNE que formalmente vêm da sociedade civil mas de facto foram cooptados pelos partidos políticos que patrocinaram a sua eleição na Assembleia da República, dentro de um acordo de representação proporcional na CNE. Há registos raros de vogais da CNE que desobedeceram instruções dos seus partidos mas são casos muito isolados. O facto da CNE ainda não ter discutido as implicações desta crise, quando falta apenas uma semana para início de submissão de candidaturas, pode significar que os vogais ainda estão à espera de orientação das lideranças dos partidos.

As candidaturas devem ser submetidas de 5 a 27 de Julho. E está a ficar claro que a CNE pode continuar a preparar a eleição sem a nova legislação. A questão é: irão a Renamo e a Frelimo submeter as candidaturas sem ter aprovado a legislação eleitoral?

A revisão da constituição aboliu a eleição directa de presidente do município. O cabeça de lista do partido ou coligação que obtiver maior

## Eleições Autárquicas 2018 é parte do Programa Votar Moçambique



número de votos é automaticamente eleito presidente do município.

Esta mudança faz com que parte da legislação actual que regula a eleição dos titulares dos órgãos autárquicos seja inconstitucional, especificamente a parte referente a eleição directa do presidente de conselho municipal. Mas os procedimentos para a eleição dos membros de assembleia municipal não mudaram. Pelo que se argumenta que a CNE pode organizar a eleição dos membros de assembleia municipal com base na legislação actual.

Claramente que os atrasos implicam que o calendário eleitoral deve ser encurtado e não há base legal para isso. A decisão final caberá ao Conselho Constitucional (CC) após a realização das eleições e alguns juristas entendem que o CC pode considerar razoável que a CNE avançado, numa situação em que a Assembleia da República recusou-se a aprovar a lei eleitoral, para salvaguarda de interesse maior – eleições.

Ambas partes nas negociações da paz declararam que esperam algum avanço na desmilitarização antes das eleições de 10 de Outubro. O presidente Nyusi disse na segunda-feira que espera que as “eleições ocorram em ambiente de paz, com os nossos irmãos agora nas bases da Renamo, desarmados e com a sua reintegração social em curso”. O termo “em curso” é importante. Significa que o processo deve estar em marcha, não necessariamente concluído.

Por sua vez, o secretário-geral da Renamo, Manuel Bissopo, disse na quarta-feira que três meses são suficientes para a integração dos homens da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança, se for alcançado acordo com o presidente Nyusi. E Bissopo especificou que se encontra em Nampula para trabalhar na organização das eleições.

Nestes termos, se houver acordo entre a Frelimo e Renamo nas próximas duas semanas e os dois partidos submeterem as candidaturas, então as eleições podem decorrer enquanto simultaneamente se negocia a desmilitarização da Renamo, sem ter que se esperar pela aprovação parlamentar.

**COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 2018 e Eleições Gerais de 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994.**

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/cYjhdb> e a edição em Inglês <http://eepurl.com/cY9pAL>.

As primeiras edições estão disponíveis em <http://www.cipmoz.org/eleicoes2018>

